



AÇÃO CIVIL PÚBLICA (65) Nº 0002082-60.2006.4.03.6115 / 1ª Vara Federal de São Carlos  
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/SP

RÉU: BANCO CENTRAL DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL SA, BANCO BRADESCO S/A., ITAU UNIBANCO S.A., HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO, UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., BANCO ABN AMRO REAL S.A., BANCO NOSSA CAIXA S.A., BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA, BANCO SANTANDER S.A., BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA, BANCO SUDAMERIS BRASIL SOCIEDADE ANONIMA

Advogado do(a) RÉU: LUIZ AFONSO COELHO BRINCO - SP162640

Advogado do(a) RÉU: SANDRO ENDRIGO DE AZEVEDO CHIAROTI - SP140659

Advogado do(a) RÉU: PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP23134

Advogado do(a) RÉU: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogados do(a) RÉU: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363, ADAMS GIAGIO - SP195657

Advogado do(a) RÉU: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogado do(a) RÉU: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogados do(a) RÉU: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363, EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM - SP118685

Advogado do(a) RÉU: GLAUCO PARACHINI FIGUEIREDO - SP173138

Advogado do(a) RÉU: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogado do(a) RÉU: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogado do(a) RÉU: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogados do(a) RÉU: FERNANDO ANSELMO RODRIGUES - SP132932, JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363, EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM - SP118685

## DESPACHO

Certifique-se nos autos principais (Processo nº **0002082-60.2006.4.03.6115** a virtualização das peças indispensáveis a fim de se dar início ao cumprimento de sentença no sistema PJe, com a indicação do número deste feito.

Outrossim, promova a Secretaria a alteração da classe processual para "Cumprimento de Sentença".

1. Intimem-se os executados para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder à conferência dos documentos digitalizados, indicando, se for o caso, eventuais equívocos ou ilegibilidades, sem prejuízo de, uma vez indicados, corrigi-los *incontinenti*, nos termos do art. 12, I, "b", da Resolução PRES nº 142/17.

2. Caso não sejam constatadas incorreções, ficam os executados intimados, por publicação ao advogado, para pagarem a dívida apontada na inicial, em 15 dias, sob a advertência de serem acrescidos de multa (10%) e de honorários (10%). O(s) executado(s) poderá(ão) impugnar o cumprimento em 15 dias, contados na forma do art. 525 do Código de Processo Civil.



3. Havendo o pagamento espontâneo, deverá a parte depositar, em Juízo, o valor devido, em uma conta vinculada ao presente feito.
4. Inaproveitado o prazo de pagamento, bloqueiem-se bens pelos sistemas BACENJUD e RENAJUD (circulação), sem prejuízo de pesquisa de bens pelo INFOJUD (últimos 2 anos).
5. Sendo infrutíferas as medidas de constrição, intime-se o exequente a indicar bens penhoráveis em 15 dias improrrogáveis, à vista do extrato do INFOJUD e de diligência que lhe couber. Eventual indicação de bem imóvel deverá ser instruída com cópia da matrícula atualizada. Toda indicação de bem a penhorar deverá justificar a utilidade de levá-lo à hasta pública. Não sendo indicado bem, venham conclusos, para deliberar sobre a suspensão do processo, nos termos do art. 921, III, do Código de Processo Civil.
6. Positivo o bloqueio pelo BACENJUD, intime-se o(s) executado(s) a se manifestar(em) em 5 dias. Inaproveitado o prazo ou não acolhido(s) seu(s) requerimento(s), o bloqueio será convertido em penhora e transferido à conta judicial.
7. Positivo o RENAJUD, expeça-se mandado de penhora, depósito, avaliação, registro da penhora pelo sistema RENAJUD e intimação do ato. O oficial penhorará, segundo sua avaliação, apenas os suficientes à garantia. Após a diligência, quanto ao(s) veículo(s) penhorado(s), o oficial registrará a penhora em RENAJUD e modificará a restrição para “transferência” desde que haja depositário, juntando comprovantes. Quanto aos veículos desnecessários à garantia, levantará toda restrição. Servirá o mandado mesmo se o veículo estiver alienado fiduciariamente, caso em que se penhorará o direito de aquisição do bem; o oficial, à vista da documentação do veículo, certificará sobre quem seja o credor fiduciante.
8. Infrutífera ou insuficiente a penhora procedida pelo BACENJUD e RENAJUD e desde que haja indicação instruída de bem imóvel a penhorar, venham conclusos para penhora por termo.

São Carlos, data registrada no sistema.

**RICARDO UBERTO RODRIGUES**

**Juiz Federal**





CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) Nº 0002082-60.2006.4.03.6115 / 1ª Vara Federal de São Carlos  
EXEQUENTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/SP

EXECUTADO: BANCO CENTRAL DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL SA, BANCO BRADESCO S/A., ITAU UNIBANCO S.A., HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO, UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A., BANCO ABN AMRO REAL S.A., BANCO NOSSA CAIXA S.A., BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA, BANCO SANTANDER S.A., BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A - BANESPA, BANCO SUDAMERIS BRASIL SOCIEDADE ANONIMA

Advogado do(a) EXECUTADO: LUIZ AFONSO COELHO BRINCO - SP162640

Advogado do(a) EXECUTADO: SANDRO ENDRIGO DE AZEVEDO CHIAROTI - SP140659

Advogado do(a) EXECUTADO: PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP23134

Advogado do(a) EXECUTADO: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogados do(a) EXECUTADO: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363, ADAMS GIAGIO - SP195657

Advogado do(a) EXECUTADO: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogado do(a) EXECUTADO: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogados do(a) EXECUTADO: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363, EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM - SP118685

Advogado do(a) EXECUTADO: GLAUCO PARACHINI FIGUEIREDO - SP173138

Advogado do(a) EXECUTADO: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogado do(a) EXECUTADO: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogado do(a) EXECUTADO: JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363

Advogados do(a) EXECUTADO: FERNANDO ANSELMO RODRIGUES - SP132932, JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP12363, EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM - SP118685

## DESPACHO

Vistos em Inspeção.

Pretende a parte exequente a execução do acórdão que condenou os executados à obrigações de pagar quantia certa e de fazer, consistente em adotar as providências apontadas no id 16304538, com fulcro nos artigos 523 a 527, bem como 536 e 537 do CPC.

Em complementação ao despacho retro, determino:

1. Exclua-se o BACEN do polo passivo da lide, ante o reconhecimento de sua ilegitimidade passiva.



2. Intimem-se os executados abaixo declinados a efetuem o pagamento do valor devido a título de multa (item 2.a) e a título de dano moral difuso (item 2.b), no prazo de 15 (quinze) dias (art. 523 e seguintes do CPC). O(s) executado(s) poderá(ão) impugnar o cumprimento em 15 dias, contados na forma do art. 525 do Código de Processo Civil:

2.a. **Banco Bradesco S/A: R\$ 401.461,10; Banco do Brasil S/A** (que incorporou Banco Nossa Caixa S/A): **R\$ 785.692,12; Banco Itaú Unibanco: R\$ 2.337,56** (já que efetuou o pagamento de R\$ 364.663,36, sendo tal valor remanescente ao já depositado para o pagamento da multa); **Banco Santander S/A e ABN Amro Real: R\$ 442.813,32; Caixa Econômica Federal: R\$ 284.296,49; e HSBC Bank Brasil S/A: R\$ 122.333,64.**

2.b. **Banco Bradesco S/A: R\$ 38.388,99; Banco do Brasil S/A e Banco Nossa Caixa S/A,: R\$ 76.777,98; Banco Itaú Unibanco: R\$ 35.111,10** (pois já quitou a quantia de R\$ 41.666,68, a título de danos morais coletivos); **Banco Santander S/A e ABN Amro Real: R\$ 76.777,98; Caixa Econômica Federal: R\$ 38.388,99; e HSBC Bank Brasil S/A: R\$ 38.388,99.**

2.c. Intime-se a executada Caixa Econômica Federal para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento de multa no valor de **100 UFESPs**, em face da comprovação de descumprimento noticiada nos Autos nº 0002167-51.2017.4.03.6312.

3. Intimem-se os executados para que, no prazo de 20 dias, tragam aos autos tabela extraída de seus sistemas, indicando a quantidade de atendimentos mensais, no período entre 09/10/2009 (data da prolação da sentença) até o dia da intimação, que inobservou o “prazo de até 15 minutos em dias normais e de até 30 minutos em véspera de feriado, dia imediatamente seguinte a feriado e dia de pagamento de vencimentos a servidores públicos municipais, estaduais e federais”.

4. Com a resposta, intime-se o exequente.

5. Sem prejuízo, promova a Secretaria a expedição de **mandado/carta precatória de constatação** nas agências bancárias existentes nos municípios que compreendem a presente Subseção Judiciária, a fim de que o oficial de justiça verifique a regularidade no cumprimento das determinações contidas no item b da sentença de fls. 2151/2202.

6. Oficiem-se à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, às Câmaras Municipais e Prefeituras Municipais dos municípios desta Subseção Judiciária Federal, aos órgãos de proteção ao consumidor, estadual e municipais, bem como aos meios de comunicação local mencionados na inicial, emissoras de rádio local e de televisão local e regional, noticiando o início deste Cumprimento de Sentença, a fim de que deem a publicidade que entenderem necessária para a divulgação dos direitos do consumidor assegurados na presente execução, na forma como determinado na sentença.

7. Comuniquem-se, por meio eletrônico, sobre a presente execução, aos Juízos Cíveis das Comarcas que abarcam a presente Subseção Judiciária, bem como ao Juizado Especial Federal, a fim de que comuniquem a este Juízo eventual notícia de desrespeito das determinações ora em execução.

8. Int. Cumpra-se.

SÃO CARLOS, data registrada no sistema.

**RICARDO UBERTO RODRIGUES**

JUIZ FEDERAL





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002082-60.2006.4.03.6115/SP**

2006.61.15.002082-2/SP

**D.E.**

Publicado em 11/05/2015

RELATORA : Desembargadora Federal MARLI FERREIRA  
EMBARGANTE : UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A e outros  
ADVOGADO : SP012363 JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO e outro  
EMBARGANTE : Caixa Economica Federal - CEF  
ADVOGADO : SP140659 SANDRO ENDRIGO DE AZEVEDO CHIAROTI e outro  
EMBARGANTE : Banco do Brasil S/A  
ADVOGADO : SP176173 DANIEL SEGATTO DE SOUZA e outro  
EMBARGANTE : BANCO NOSSA CAIXA S/A  
ADVOGADO : SP165613 CYNTHIA MARIA DE OLIVEIRA SANCEVERO  
EMBARGADO : ACÓRDÃO DE FLS.  
INTERESSADO(A) : Ministerio Publico Federal  
ADVOGADO : RONALDO RUFFO BARTOLOMAZI e outro  
INTERESSADO(A) : Banco Central do Brasil  
ADVOGADO : SP024859 JOSE OSORIO LOURENCAO  
SUCEDIDO : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A BANESPA e outros  
: BANCO ABN AMRO REAL S/A  
: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A  
No. ORIG. : 00020826020064036115 1 Vr SAO CARLOS/SP

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - REGULAMENTAÇÃO DO TEMPO DE ESPERA PARA ATENDIMENTO BANCÁRIO - OMISSÃO CONFIGURADA - PRELIMINARES - CONDENAÇÃO DAS RÉS EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - IMPOSSIBILIDADE - EFEITOS INFRINGENTES - ACOLHIMENTO PARCIAL - MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO EM SEUS DEMAIS ASPECTOS - PREQUESTIONAMENTO.

1. Ainda que se identifiquem vícios no acórdão recorrido, que deixou de manifestar sobre a inépcia da inicial, a ilegitimidade de parte do Ministério Público Federal e a ausência de interesse de agir, de rigor sejam afastados diante da insubsistência de seus fundamentos.

2. *In casu*, conforme jurisprudência dominante do STJ, não cabe a condenação ao pagamento de honorários imposta pela sentença às rés, fato não analisado pelo acórdão embargado.

3. Quanto aos demais vícios, não há fundamento para alteração do que restou decidido, pois o juiz, na prestação jurisdicional, não está obrigado a examinar todos os argumentos indicados, bastando que fundamente a tese que esposar. Precedentes do E. STJ.

4. Os embargos declaratórios não se prestam para rediscutir o julgado e o caráter infringente é cabível somente em situações excepcionais, o que não é o caso dos autos.

5. Embargos de declaração acolhidos parcialmente.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, acolher parcialmente os embargos de declaração, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 09 de abril de 2015.

**MARLI FERREIRA**  
**Desembargadora Federal**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário (a): MARLI MARQUES FERREIRA:10024

Nº de Série do Certificado: 491DB93E50DCBF1B

Data e Hora: 09/04/2015 17:17:04

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002082-60.2006.4.03.6115/SP**

2006.61.15.002082-2/SP

RELATORA : Desembargadora Federal MARLI FERREIRA

EMBARGANTE : UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A e outros

ADVOGADO : SP012363 JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO e outro

EMBARGANTE : Caixa Economica Federal - CEF

ADVOGADO : SP140659 SANDRO ENDRIGO DE AZEVEDO CHIAROTI e outro

EMBARGANTE : Banco do Brasil S/A

ADVOGADO : SP176173 DANIEL SEGATTO DE SOUZA e outro

EMBARGANTE : BANCO NOSSA CAIXA S/A

ADVOGADO : SP165613 CYNTHIA MARIA DE OLIVEIRA SANCEVERO

EMBARGADO : ACÓRDÃO DE FLS.

INTERESSADO(A) : Ministerio Publico Federal

ADVOGADO : RONALDO RUFFO BARTOLOMAZI e outro

INTERESSADO(A) : Banco Central do Brasil

ADVOGADO : SP024859 JOSE OSORIO LOURENCAO

SUCEDIDO : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A BANESPA e outros

: BANCO ABN AMRO REAL S/A

: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A

No. ORIG. : 00020826020064036115 1 Vr SAO CARLOS/SP

# RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **BANCO BRADESCO E OUTROS** (fls. 3154/3159), pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** (fls. 3160/3169), **BANCO DO BRASIL** (fls. 3170/3200) e **NOSSA CAIXA NOSSO BANCO** (incorporado pelo Banco do Brasil) (fls. 3201/3233) do acórdão de fls. 3138/3144, lavrado nos seguintes termos:

*"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. ILEGITIMIDADE DO BACEN. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. ART. 109, I, DA CF. COMPETÊNCIA FEDERAL. REGULAMENTAÇÃO DO TEMPO DE ESPERA PARA O*

*ATENDIMENTO BANCÁRIO. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E ESTADUAL. POSSIBILIDADE. CONFIGURAÇÃO DE DANOS MORAIS COLETIVOS.*

- 1. Evidente que o aspecto trazido com a inicial não se insere de qualquer modo no rol de atribuições administrativas do Banco Central.*
- 2. Ainda que o BACEN não detenha legitimidade passiva, verifica-se a competência da Justiça Federal em razão da presença, no polo passivo, do Banco Caixa Econômica Federal, empresa pública federal, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal.*
- 3. Cabível o pedido do Ministério Público Federal consistente na imposição imediata de obrigação de fazer, ante o manifesto descumprimento da legislação estadual ( e municipal pelas instituições bancárias rés, localizadas nos Municípios que integram a circunscrição judiciária de São Carlos/SP.*
- 4. Quanto ao pedido de danos morais coletivos, procedente a irresignação do "parquet", haja vista que a autoexecutoriedade da lei reclama seu pronto atendimento, sem que haja a necessidade de o órgão de defesa dos interesses difusos e coletivos recorrer ao Poder Judiciário.*
- 5. Tal postura das Rés, de fato, prejudica uma infinidade de pessoas que se valem diariamente das instituições bancárias para efetuar as mais diversas operações que exijam a intervenção do sistema financeiro, como, por exemplo, pagamentos de obrigações civis, trabalhistas, tributárias e administrativas, depósitos, recebimentos de salários etc.*
- 6. Apelação do BACEN e remessa oficial parcialmente providas para reconhecer a ilegitimidade passiva do BACEN.*
- 7. Apelação do MPF provida.*
- 8. Apelações das rés desprovidas."*

Alegam os embargantes **Banco Bradesco, HSBC Bank Brasil S.A. e Banco Santander, Banco Mercantil do Brasil S/A e Itaú Unibanco S/A** a existência de omissão no acórdão acerca dos artigos 3º, 20, §§3º e 4º, 47, 130, 267, IV, 282, 295, parágrafo único, inciso II, 332, 333, 461, §4º, todos do CPC; artigo 5º, "caput", II, XXXVI e LIV, 48, XIII, 30, I, 69, 109, I, 127, 170, 192, 219, da Constituição Federal; artigo 6º VIII, alínea D, da LC 75/93; artigos 81 e 82 da Lei 8.078/90; artigo 6º, "caput", e § 2º, do Decreto-lei nº 4.657/42; artigos 1º, 4º, III, e 10, VIII, da Lei nº 4.595/64; artigos 2º, parágrafo único, e 6º, III, da Lei nº 10.048/00; e artigo 18 da Lei nº 7.347/85.

Em síntese, afirmam que o acórdão embargado não tratou das preliminares de inépcia da inicial, de ilegitimidade ativa do embargado e da falta de interesse de agir. No mérito, deixou de apreciar a questão referente à impossibilidade material para se regular o tempo de atendimento bancário, pois o tema envolve áleas que independem da vontade dos embargantes.

Aduzem ainda a existência de obscuridade, na medida em que o acórdão embargado condenou os embargantes em danos morais coletivos pelos mesmos fundamentos da imposição da multa por descumprimento da tutela antecipada, caracterizando *bis in idem*.

Requerem a apreciação dos embargos de declaração com efeitos infringentes, inclusive para fins de prequestionamento.

Em seus declaratórios, **a Caixa Econômica Federal** assevera que houve omissão quanto ao fato de ser empresa pública, o que demandaria a prévia autorização para aquisição de equipamentos e contratação de pessoal. Insurge-se quanto ao pagamento dos danos morais coletivos, pois ausente fundamentação do valor estipulado, bem como quem seria o beneficiado dessa quantia, identificando os requisitos necessários à eventual execução, pugnando, alternativamente, pelo reconhecimento de que o montante é excessivo. Por fim, insurge-se quanto à condenação em honorários quando a ação civil pública é de autoria do Ministério Público Federal.

Desta forma, para fins de prequestionamento, requer sejam explicitados os artigos 5º, "caput", e V, 37, 48, XIII, 127, 170 e 192, da CF; Artigos 9º e 10 da lei nº 4.595/64; artigo 4º da Lei nº 8.036/90; artigo 1º, § 1º, da Lei nº 10.188/2001; Lei Municipal nº 13.606/2005; artigo 6º da Lei Municipal nº 14.511/2008; artigo 23 da Lei nº 8.906/94; artigos 1º e 7º da Lei Estadual nº 10.993/2001; artigos 186 e 927 do CC; artigos 6º, VI, 27, 57, 81, 83, 84, §§ 4º e 5º, e 91, da Lei nº 8.078/90; artigos 461, e §§ 4º, 5º e 6º, do CPC; e artigo 13 da Lei nº 7.347/85.

Nos embargos opostos pelo **Banco do Brasil (fls. 3170/3173)** e pela **Banco Nossa Caixa S/A (fls. 3201/3204)**, alegam os embargantes omissão no acórdão, que deixou de abordar a alegada ausência de interesse de agir do Ministério Público, além da nulidade dos autos de constatação e ausência de documentos hábeis à propositura da ação. Sustentam que a diligência foi realizada no dia 14/03/2009, data em que não havia expediente bancário, por se tratar de um sábado. Pugnam pela impossibilidade de condenação ao pagamento de honorários advocatícios na presente ação civil pública, nos termos dos artigos 17 e 18 da Lei nº 7.347/85. Pretendem o prequestionamento do artigo 5º, II, da CF; e dos artigos 295, parágrafo único, 267, I, e 283, do CPC, além do artigo 3º, I, da LC nº 95/98, bem assim daqueles dispositivos já mencionados.

Às fls. 3237/3238 pleiteia o HSBC Bank Brasil S/A a extinção do feito sem resolução do mérito em relação ao requerente, face ao cumprimento de todas as medidas pretendidas pelo Ministério Público Federal.

Diante de eventual efeitos infringentes, o Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 3247/3254, pugnando pela rejeição das preliminares, manutenção das condenações impostas, inclusive do dano moral coletivo, bem como da condenação das rés ao pagamento de honorários advocatícios em favor dos Fundos Estaduais e Municipais de proteção do consumidor, conforme entendimento esposado no REsp 957.369/SC, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJe 06/08/09.

É o relatório.

Verificada a tempestividade dos declaratórios, apresento o feito em mesa para julgamento.

### VOTO

Inicialmente deixo de conhecer da alegação de que a diligência foi realizada sábado, dia 14/03/2009, eis que se trata de inovação recursal, incabível em sede de declaratórios, haja vista que a questão sequer foi ventilada nas razões de apelação do Banco do Brasil (fls. 2561/2608) e do Banco Nossa Caixa (fls. 2463/2497).

Anoto que os embargos de declaração são cabíveis quando houver na sentença ou acórdão obscuridade, contradição ou omissão, conforme prevê o art. 535 do Código de Processo Civil.

De fato verifico a existência de vícios no acórdão recorrido, que deixou de manifestar sobre algumas preliminares deduzidas pelas rés, ainda que seus fundamentos sejam completamente improcedentes.

O Ministério Público tem atribuição legal para a defesa dos direitos difusos e coletivos dos cidadãos, consumidores dos serviços prestados pelas instituições financeiras que figuram no polo passivo da presente ação, nos termos dos artigos 1º, II e IV, e 5º, I, ambos da Lei nº 7.347/85. Portanto, de rigor o reconhecimento de sua legitimidade ativa.

A alegação de inépcia da petição inicial é desprovida de fundamento jurídico, na medida em que os fatos articulados pelo MPF e documentos existentes permitem identificar com clareza os elementos da ação, suficientes para o exercício do contraditório e da ampla defesa por partes das rés.

No que tange o interesse de agir, a ação civil pública mostra-se como instrumento adequado para a busca da tutela pretendida, sobretudo porque as rés não demonstraram nas contestações que suas agências atendiam ao público na forma prevista pela legislação em vigor, prova que lhes competia, forçando, assim, a necessária e adequada intervenção do Poder Judiciário para a tutela do direito difuso em discussão nos autos.

Ademais, somente no curso do processo surgiram elementos indicativos da distribuição de senhas, o que, por si só, não é suficiente para comprovar o tempo de atendimento ao público, o que levou à instauração de procedimento pelo MPF diante de relatos sobre o descumprimento da lei.

Por fim, não há que se falar em nulidade dos autos de constatação pela ausência de contraditório e ampla defesa, posto se tratar de mero procedimento instaurado pelo MPF com a finalidade de colher elementos para o ajuizamento de ação para a tutela de interesse difuso.

Desta forma, afasto as preliminares acima analisadas.

Também verifico que o v. acórdão foi omissivo quanto à análise da impossibilidade de condenação das rés ao pagamento de honorários advocatícios em sede de ação civil pública.

Em que pese o precedente trazido pelo Ministério Público Federal em sua manifestação de fls. 3247/3254, **a jurisprudência dominante atual do Superior Tribunal de Justiça** afasta a condenação em honorários nas ações propostas pelo Ministério Público, *in verbis*:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE.*

**1. Conforme o entendimento jurisprudencial do STJ, não é cabível a condenação da parte vencida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Ministério Público nos autos de Ação Civil Pública. Nesse sentido: Resp 1.099.573/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe 19.5.2010; Resp 1.038.024/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 24.9.2009; EREsp 895.530/PR, 1ª Seção, Rel.Min. Eliana Calmon, DJe 18.12.2009.**

**2. Agravo regimental não provido." (destaquei)**

*(AgRg no REsp 1386342/PR - Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES - SEGUNDA TURMA - j. 27/03/2014 - DJe 02/04/2014)*

*In casu*, de rigor seja sanada a omissão, afastando a condenação ao pagamento de honorários imposta pela sentença às rés.

Quanto aos demais vícios, não há fundamento para alteração do que restou decidido.

Destaque-se, por oportuno, que o juiz, ao prolatar a decisão, não está obrigado a examinar todos os fundamentos de fato e de direito trazidos à discussão, podendo conferir aos fatos qualificação jurídica diversa da atribuída pelas partes, não se encontrando, pois, obrigado a responder a todas as suas alegações, nem mencionar o dispositivo legal em que fundamentou sua decisão, cumprindo ao mesmo entregar a prestação jurisdicional, levando em consideração as teses discutidas no processo, enquanto necessárias ao julgamento da causa. Neste sentido:

*"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA TERCEIRA VEZ NA AÇÃO RESCISÓRIA. COFINS. LEGITIMIDADE DA REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO PELA LEI 9.430/96. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO A ARGUMENTOS CONCERNENTES AO NÃO CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA. VÍCIO NÃO EVIDENCIADO. ACLARATÓRIOS PROTELATÓRIOS. MULTA PROCESSUAL MANTIDA.*

**1. Terceiros aclaratórios pelos quais a contribuinte insiste em asseverar que o acórdão impugnado continua omissivo no que tange à alegação de que não caberia o ajuizamento da presente ação rescisória, porquanto, na data da sua propositura, ainda estava em vigor a Súmula 276/STJ e o STF não havia reconhecido a constitucionalidade do art. 56 da Lei 9.430/96. 2. É cediço que o julgador, desde que fundamente suficientemente sua decisão, não está obrigado a responder todas as alegações das partes, a ater-se aos fundamentos por elas apresentados nem a rebater um a um todos os argumentos levantados, de tal sorte que a insatisfação quanto ao deslinde da causa não oportuniza a oposição de embargos de declaração. No caso concreto, importa repetir que o acórdão embargado, respaldado na jurisprudência do STJ, afastou o enunciado 343/STF e admitiu a ação rescisória por entender que o acórdão rescindendo apreciou equivocadamente matéria de índole constitucional. 3. Os argumentos ventilados pela embargante não dizem respeito a vício de integração do julgado, mas a esforço meramente infringente tendente a respaldar tese que não foi acolhida, o que não é admitido na via dos aclaratórios. Ainda assim, caso a embargante entenda que não foi prestada a jurisdição,**

*caberá a ela intentar a anulação do julgado mediante a interposição de recurso próprio. 4. A presente ação rescisória foi julgada em 14/4/2010 e até o momento a efetiva prestação jurisdicional vem sendo retardada pela parte sucumbente em razão de repetidos embargos de declaração pelos quais ela busca, tão somente, a modificação do resultado que lhe foi desfavorável. A constatação do caráter protelatório dos aclaratórios justifica a manutenção da multa processual de 1% sobre o valor da causa (art. 538, parágrafo único, do CPC). 5. embargos de declaração rejeitados." (EDcl nos EDcl nos EDcl na AR 3788 PE 2007/0144084-2, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe 02/03/2011)*

*"ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ASSISTENTE JURÍDICO APOSENTADO. TRANSPOSIÇÃO/APOSTILAMENTO PARA A CARREIRA DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. MATÉRIA CONSOLIDADA NO ÂMBITO DO STJ E STF. VÍCIOS DO ARTIGO 535 DO CPC INEXISTENTES. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE.*

*1. É ressabido que os embargos de declaração, ainda que para fins de prequestionamento, são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, nos ditames do art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material. 2. Decisão clara, suficiente e fundamentada, no sentido de que a Primeira Seção deste STJ já definiu que, em razão da isonomia constitucional, os servidores públicos aposentados, em carreira modificada por lei superveniente, possuem direito líquido e certo à transposição e ao apostilamento, incidente sobre os ativos, caso preenchidos os requisitos contidos nos artigos 19 e 19-A, da Lei n. 9.028/95. 3. A insurgência da embargante não diz respeito a eventual vício de integração do acórdão impugnado, mas à interpretação que lhe foi desfavorável, motivação essa que não se enquadra nas hipóteses de cabimento dos aclaratórios. 4. A apreciação de ofensa a dispositivos constitucionais afigura-se inviável, ainda que a título de prequestionamento, uma vez que não cabe a esta Corte o exame de matéria constitucional, cuja competência é reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Carta Magna. 5. Embargos declaratórios rejeitados."*

*(EDcl no MS 15800 / DF 2010 0185277-3, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe 20/03/2012)*

Infundada a alegação de que não é possível regular o tempo de atendimento, afinal basta que a instituição bancária coloque à disposição do público empregados em número suficiente para que o atendimento ocorra no prazo legal.

A sistemática redução dos custos operacionais pelas instituições financeiras com objetivo de aumentar os lucros em prejuízo dos consumidores reclama a atuação dos legitimados para ação civil pública, em razão da natureza difusa do interesse controvertido.

Ressalte-se que o v. acórdão não padece de obscuridade, inexistindo *bis in idem* entre a condenação em danos morais coletivos e a multa imposta. Neste o fundamento é a punição das rés pelo descumprimento da ordem judicial, enquanto naquele é indenizar o prejuízo social gerado pela conduta omissiva das rés em total desrespeito às normas cogentes, afrontando os mais basilares direitos dos consumidores.

Causa espécie o fato de as rés estenderem a discussão sob o ponto de vista formal, ainda que jurisprudência tenha assentado a competência municipal e estadual para legislação sobre a matéria, quando o aspecto material da norma reclama a adoção de uma postura adequada e ética com os consumidores.

O exercício de atividade econômica pela CEF em grau de igualdade com a iniciativa privada, mesmo se tratando de empresa pública, retira qualquer justificativa pautada na sujeição a regras específicas para contratação de pessoas e aquisição de equipamentos.

Quanto ao montante fixado a título de danos morais coletivos, adequado e suficiente, pelas circunstâncias do caso concreto e capacidade econômica das rés, o importe de R\$ 250.000,00, dividido entre as 12 (doze) rés indicadas na inicial, a saber: Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil S/A, Banco Bradesco S/A, Banco Itaú S/A, HSBC Bank Brasil S/A, Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A, Banco ABN AMRO Real S/A, Banco Nossa Caixa S/A, Banco Mercantil do Brasil

S/A, Banco Santander S/A, Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA, e Banco Sudameris Brasil S/A.

Nesse sentido, **a E. Terceira Turma do STJ, no julgamento do REsp 1.221.756/RJ, considerou razoável e proporcional o montante de R\$ 50.000,00, fixado a título de danos morais coletivos pela ausência de adequação predial de uma agência bancária para o atendimento de consumidores com dificuldades de locomoção.**

Em relação o beneficiário dos danos morais coletivos, sem relevância a insurgência da CEF, haja vista o que dispõe o artigo 13 da Lei nº 7.457/85.

Na verdade, observa-se que sob o pretexto de omissão, obscuridade e prequestionamento, pretende a embargante, simplesmente, que esta Turma proceda à reapreciação integral da matéria, o que não se admite em sede de embargos de declaração, que não se prestam à modificação do que foi minudentemente decidido.

Ante o exposto, acolho parcialmente os embargos de declaração das rés para suprir as omissões, atribuindo efeito infringentes em relação aos honorários advocatícios, mantendo, no mais, o acórdão embargado.

É como voto.

**MARLI FERREIRA**  
**Desembargadora Federal**

---

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário (a):	MARLI MARQUES FERREIRA:10024
Nº de Série do Certificado:	491DB93E50DCBF1B
Data e Hora:	09/04/2015 17:17:08

---



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002082-60.2006.4.03.6115/SP**

2006.61.15.002082-2/SP

**D.E.**

Publicado em 27/09/2013

RELATORA : Desembargadora Federal MARLI FERREIRA  
APELANTE : Ministerio Publico Federal  
ADVOGADO : RONALDO RUFFO BARTOLOMAZI e outro  
APELANTE : Banco Central do Brasil  
ADVOGADO : JOSE OSORIO LOURENCAO  
APELANTE : BANCO NOSSA CAIXA S/A  
ADVOGADO : CYNTHIA MARIA DE OLIVEIRA SANCEVERO  
APELANTE : Caixa Economica Federal - CEF  
ADVOGADO : SANDRO ENDRIGO DE AZEVEDO CHIAROTI e outro  
APELANTE : Banco do Brasil S/A  
ADVOGADO : DANIEL SEGATTO DE SOUZA e outro  
APELANTE : UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A e  
outros  
: BANCO BRADESCO S/A  
: HSBC BANK BRASIL S/A  
: BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
ADVOGADO : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO e outro  
SUCEDIDO : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A BANESPA e  
outros  
: BANCO ABN AMRO REAL S/A  
: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A  
APELANTE : BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A  
: ITAU UNIBANCO S/A  
ADVOGADO : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO e outro  
APELADO : OS MESMOS  
No. ORIG. : 00020826020064036115 1 Vr SAO CARLOS/SP

**EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. ILEGITIMIDADE DO BACEN. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. ART. 109, I, DA CF. COMPETÊNCIA FEDERAL. REGULAMENTAÇÃO DO TEMPO DE ESPERA PARA O ATENDIMENTO BANCÁRIO. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E ESTADUAL. POSSIBILIDADE. CONFIGURAÇÃO DE DANOS MORAIS COLETIVOS.

1. Evidente que o aspecto trazido com a inicial não se insere de qualquer modo no rol de atribuições administrativas do Banco Central.

2. Ainda que o BACEN não detenha legitimidade passiva, verifica-se a competência da Justiça Federal em razão da presença, no polo passivo, do Banco Caixa Econômica Federal, empresa pública federal, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal.

3. Cabível o pedido do Ministério Público Federal consistente na imposição imediata de obrigação de fazer, ante o manifesto descumprimento da legislação estadual ( e municipal pelas instituições bancárias rés, localizadas nos Municípios que integram a circunscrição judiciária de São Carlos/SP.
4. Quanto ao pedido de danos morais coletivos, procedente a irresignação do "parquet", haja vista que a autoexecutoriedade da lei reclama seu pronto atendimento, sem que haja a necessidade de o órgão de defesa dos interesses difusos e coletivos recorrer ao Poder Judiciário.
5. Tal postura das Rés, de fato, prejudica uma infinidade de pessoas que se valem diariamente das instituições bancárias para efetuar as mais diversas operações que exijam a intervenção do sistema financeiro, como, por exemplo, pagamentos de obrigações civis, trabalhistas, tributárias e administrativas, depósitos, recebimentos de salários etc.
6. Apelação do BACEN e remessa oficial parcialmente providas para reconhecer a ilegitimidade passiva do BACEN.
7. Apelação do MPF provida.
8. Apelações das rés desprovidas.

### ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação do BACEN e à remessa oficial para reconhecer a ilegitimidade passiva do BACEN; dar provimento à apelação do MPF; e negar provimento às apelações das Rés, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 30 de agosto de 2013.

**MARLI FERREIRA**  
**Desembargadora Federal**

---

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário (a): MARLI MARQUES FERREIRA:10024

Nº de Série do Certificado: 6E3941DFEFA7A5FF

Data e Hora: 11/09/2013 19:48:53

---

#### **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002082-60.2006.4.03.6115/SP**

2006.61.15.002082-2/SP

RELATORA	: Desembargadora Federal MARLI FERREIRA
APELANTE	: Ministerio Publico Federal
ADVOGADO	: RONALDO RUFFO BARTOLOMAZI e outro
APELANTE	: Banco Central do Brasil
ADVOGADO	: JOSE OSORIO LOURENCAO
APELANTE	: BANCO NOSSA CAIXA S/A
ADVOGADO	: CYNTHIA MARIA DE OLIVEIRA SANCEVERO
APELANTE	: Caixa Economica Federal - CEF
ADVOGADO	: SANDRO ENDRIGO DE AZEVEDO CHIAROTI e outro
APELANTE	: Banco do Brasil S/A
ADVOGADO	: DANIEL SEGATTO DE SOUZA e outro
APELANTE	: UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A e outros
	: BANCO BRADESCO S/A

: HSBC BANK BRASIL S/A  
: BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
ADVOGADO : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO e outro  
SUCEDIDO : BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A BANESPA e  
: outros  
: BANCO ABN AMRO REAL S/A  
: BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A  
APELANTE : BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A  
: ITAU UNIBANCO S/A  
ADVOGADO : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO e outro  
APELADO : OS MESMOS  
No. ORIG. : 00020826020064036115 1 Vr SAO CARLOS/SP

## RELATÓRIO

Cuida-se de recursos de apelação interpostos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL-BACEN, pela CEF e outras instituições financeiras contra sentença proferida em autos de Ação Civil Pública, que objetiva o cumprimento pelos bancos arrolados da legislação editada por vários Municípios integrantes da jurisdição da Subseção Judiciária de São Carlos, e ainda o cumprimento da Lei Estadual nº 10.933, de 21 de dezembro de 2001, no que concerne ao tempo de espera nas filas de atendimento bancário.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido inicial, para, além de condenar as instituições financeiras nas multas elencadas na decisão (fl. 2200), impor a obrigação de fazer consistente na adoção das medidas cabíveis, para que o atendimento em fila seja realizado nos prazos de até 15 minutos em dias normais e até 30 minutos em véspera de feriados, dia imediatamente seguinte ao feriado e dia de pagamento de vencimento de servidores públicos em geral, bem assim na implantação de sistema de controle nas agências, mediante a utilização de senhas, para todos os usuários. Condenou o BACEN à obrigação de fazer, consistente em fiscalizar cada uma das agências bancárias da Subseção Judiciária, devendo enviar, até o 10º dia útil após o encerramento do exercício financeiro, relatório anual de fiscalização do cumprimento da decisão judicial, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de descumprimento. Julgou ainda improcedente o pedido de indenização por danos morais coletivos. Condenou os réus ao pagamento de honorários de 10% sobre o valor da condenação, e determinou que, tanto as penalidades quantos os honorários, deverão ser revertidos aos correspondentes Fundos federal, estadual e municipais.

O BACEN, irredimido, apela às fls. 2827 e ss. alegando, em síntese, sua ilegitimidade para figurar no pólo passivo da ação; refuta a determinação judicial de fiscalizar os entes locais; a nulidade da sentença por incompetência da Justiça Federal e pede a reforma da sentença.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL pede a reversão do julgado no que se refere à improcedência de seu pedido relativo a danos morais coletivos, prequestionando diversos dispositivos do CC, das Leis nº 8.078/90, 8.069/90 e ainda incisos V e X do art. 5º da CF.

A CEF, em suas razões (fls. 2557), invoca a incompetência do Município para legislar sobre o funcionamento de instituições financeiras; volta-se contra o valor excessivo da penalidade de multa que lhe foi imposta; ofensa aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da isonomia, vez que, sendo ente federal, tanto a contratação de pessoal como a aquisição de equipamentos, depende de prévia autorização e previsão orçamentária e que o problema enfocado nestes autos verifica-se da mesma maneira em outros setores da economia e prestação de serviços locais, como supermercados, hospitais, INSS, Prefeitura; que há impossibilidade material de se legislar sobre o impossível, tempo de permanência em fila bancária. Insurge-se ainda em relação à condenação em verba honorária, que entende descabida, bem assim no que se refere ao valor excessivo das penalidades impostas, pedindo sua redução. Indica dispositivos legais à guisa de prequestionamento e pede o provimento do recurso com a reforma da sentença.

O BANCO DO BRASIL alega a ilegitimidade do MPF, por ausência de interesse de agir, eis que se tratam de interesses individuais homogêneos disponíveis; a impossibilidade jurídica do pedido, por falta de previsão no ordenamento jurídico; a inconstitucionalidade de leis municipais versando sobre a matéria; afronta ao princípio da isonomia em relação a outras atividades econômicas; nulidade dos autos de constatação. Impugna a condenação em verba honorária advocatícia.

O BANCO NOSSA CAIXA S/A alega a incompetência da Justiça Federal; inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 10.933/01 e das municipais sobre a matéria em debate; violação ao princípio da isonomia, proporcionalidade e razoabilidade; do excessivo valor das "astreintes" fixadas na sentença; da nulidade dos autos de constatação. Pugna ainda pela exclusão da condenação em verba honorária advocatícia.

O UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A, o BANCO BRADESCO S/A, o HSBC BANK BRASIL S/A, o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, o BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A, o ITAU-UNIBANCO S/A, apelaram e deduziram preliminarmente: a nulidade da sentença por cerceamento de defesa; a incompetência absoluta da Justiça Federal para apreciar pedidos concernentes aos bancos apelantes; a inépcia da inicial por inobservância do princípio da substanciação e por ausência de nexo lógico entre causa de pedir e pedido; a ilegitimidade ativa do MPF; a falta de interesse de agir, eis que dentre os 11 Municípios integrantes da Subseção Judiciária, mais da metade informaram não possuir qualquer reclamação quanto ao tempo de atendimento nos serviços prestados pelas recorrentes. No mérito, afirma a total improcedência da ação e pede a redução da multa cominatória e o afastamento da condenação em honorária advocatícia.

As partes ofertaram contrarrazões.

O Ministério Público Federal opina às fl. 3080 pelo provimento de seu recurso e o improvimento dos demais.

É o relatório.

Dispensada a revisão, na forma regimental.

## VOTO

Início as considerações sobre o recurso apresentado pela autarquia federal, que evidentemente não detém legitimidade para figurar no pólo passivo da ação.

Não é dado ao Ministério Público Federal desconhecer as funções do Banco Central do Brasil, que é autoridade *monetária* juntamente com o Conselho Monetário Nacional.

É o BACEN o Órgão Central Executivo do Sistema Financeiro Nacional, e suas atribuições vêm definidas em lei: "*emissão de papel-moeda e moeda metálica nas condições e limites autorizados pelo CMN; execução dos serviços de meio circulante; recebimento de recolhimento compulsórios dos bancos comerciais e os depósitos voluntários das instituições financeiras e bancárias do país; realização de operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras dentro de política econômica governamental; regulação da execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; efetuar como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos federais; emissão de títulos de responsabilidade própria, de acordo com as condições estabelecidas pelo CMN; exercer o controle de crédito sob todas as suas formas; exercer a fiscalização das instituições financeiras, punindo-as quando necessário; autorizar o funcionamento, estabelecendo a dinâmica operacional de todas as instituições financeiras; estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras privadas; vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais; controlar o fluxo de capitais estrangeiros, garantindo o correto funcionamento do mercado cambial, operando, inclusive, via ouro, moeda ou operações de crédito no exterior.*" (Eduardo Fortuna-Mercado Financeiro Produtos e Serviços).

Não há e nem poderia haver qualquer tipo de interesse do Banco Central do Brasil por procedimentos adotados pelas instituições financeiras para o atendimento a seus clientes. Ou seja, para o BACEN não importa se há ou não filas em bancos; o que realmente importa é a forma de atuação desses bancos em relação a seus clientes no atendimento dos marcos regulatórios do Sistema Financeiro Nacional, na oferta de produtos bancários e a legalidade dos serviços prestados.

Evidente que o aspecto trazido com a inicial não se insere de qualquer modo no rol de atribuições administrativas do Banco Central.

Cuida-se, como bem afirmado em razões de apelação, de interesse preponderantemente municipal, razão pela qual refoge à União Federal qualquer ingerência no peculiar interesse local, sob pena de afronta ao princípio federativo.

Ainda que o BACEN não detenha legitimidade passiva, verifica-se a competência da Justiça Federal em razão da presença, no polo passivo, do Banco Caixa Econômica Federal, empresa pública federal, nos termos do artigo 109, I, da Constituição Federal.

As pessoas ali elencadas deflagram a competência constitucional da Justiça Federal ordinária, mesmo que o Ministério Público Federal tenha incluído no polo passivo, em litisconsórcio facultativo, outras instituições financeiras, cujos processos deveriam tramitar perante a Justiça Comum Estadual.

No presente caso, a reunião das partes mostra-se adequada para assegurar que não existam decisões conflitantes no âmbito da mesma base territorial. Afasto, portanto, a alegada incompetência da Justiça Federal.

Em relação ao alegado cerceamento de defesa, verifico que a matéria é exclusivamente de direito, de modo que o sentenciamento imediato do feito, ainda que a ré tenha requerido a produção de prova pericial, não afasta a legalidade e legitimidade do provimento judicial, proferido de acordo com o artigo 330 do CPC.

Tanto é verdade, que o próprio C. STF apreciou a matéria de fundo, sem qualquer valoração de eventual prova produzida, conforme vedação prevista pela Súmula 279 do STF, concluindo pela constitucionalidade das disposições municipais e estaduais que disciplinam o tempo de atendimento nos postos bancários.

Desta forma, afasto a nulidade da sentença por cerceamento de defesa.

Passo à análise do mérito.

A questão controvertida nestes autos pode ser sumariada com o seguinte questionamento, a saber: os Poderes Legislativos Estadual e Municipal podem estabelecer normas, diretrizes ou comandos que obriguem, de forma abstrata, instituições financeiras a realizar o atendimento de seus clientes dentro de um determinado prazo?

Tenho que a resposta é positiva.

Em julgamento outrora proferido, manifestei-me favorável ao entendimento jurisprudencial do E. STF, exatamente no sentido de que os Estados e os Municípios podem legislar sobre matéria atinente ao tempo de espera nas filas das instituições bancárias, haja vista que a questão não se insere na competência regulatória do BACEN.

Confira-se os julgados a seguir, proferidos, inclusive, monocraticamente:

*"DECISÃO: Trata-se de recurso extraordinário (art. 102, III, a, da Constituição federal) interposto de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, cuja ementa possui o seguinte teor (fls. 139):*

*"EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - LEI ESTADIAL N. 2085/2000 - FILA DE BANCO - TEMPO MÁXIMO DE PERMANÊNCIA -*

**COMPETÊNCIA ESTADUAL - INVASÃO - INCONSTITUCIONALIDADE - NÃO-OCORRENTES - RECURSO PROVIDO.**

*A Constituição Federal, no seu art. 24, inciso VIII, atribui competência concorrente aos Estados e ao Distrito Federal para legislar em defesa dos direitos do consumidor.*

*Não se revela eivado do vício da inconstitucionalidade diploma legal estadual que limita tempo máximo de permanência dos clientes em fila de banco, por cingir-se a regular relação jurídica de consumo, sem interferir no horário bancário das instituições financeiras."*

*O recorrente alega contrariedade ao disposto nos arts. 5º, XXXII; 24, VIII; 48, I e XIII; 170, V; e 192, IV, todos da Constituição.*

*Observe que o recurso extraordinário não logrou demonstrar o desacerto da decisão recorrida, que assim consignou: "(...) deve-se registrar a inaplicabilidade à espécie da Súmula 19 do Colendo STJ que assim dispõe: 'A fixação do horário bancário,*

*para atendimento ao público é de competência da União'. E não se aplica porque, como anteriormente se assinalou, o que se discute no presente writ não diz respeito ao horário de abertura e fechamento das instituições bancárias, o qual estaria sob a*

*égide da Lei n. 4.595/64. Na verdade, a lei estadual disciplina apenas e tão somente o tempo de atendimento ao usuário do sistema bancário (...) A Lei Estadual não visa regular o horário interno de trabalho e nem o externo de atendimento ao público (...), mas sim proteger o consumidor, conforme inserto no artigo 55 e parágrafo 1º do CDC e na Constituição Cidadã" (fls. 137). Nas razões do extraordinário, o recorrente não impugna tal fundamento, limitando-se a argumentar que: "equivocado, portanto, o entendimento esposado pelo Tribunal de Justiça do Estado quanto à competência do Estado Membro para regular o funcionamento de casa bancárias, razão pela qual incide em flagrante contrariedade à legislação que invocara o julgador na decisão ora recorrida" (fls. 146). Incidem os óbices das Súmulas 283 e 284 desta Corte.*

*Ademais, esta Corte, apreciando caso análogo ao presente, assim decidiu:*

**"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA. AGÊNCIAS BANCÁRIAS. TEMPO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO. LEI ESTADUAL. INTERESSE LOCAL. PRECEDENTES. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.**

*(...)*

*6. Discute-se nestes autos a possibilidade de Lei Estadual dispor sobre o tempo de atendimento ao público nas instituições bancárias.*

*7. Este Supremo Tribunal Federal assentou que as leis que dispõem sobre o tempo de atendimento ao público nas agências bancárias não contrariam o art. 48, inc. XIII, da Constituição da República por não constituírem matéria sobre sistema financeiro, não havendo falar em competência privativa da União para dispor sobre o tema.*

*(...) (AI 797.263, rel. min. Cármen Lúcia, DJe de 06.06.2011).*

*Desse entendimento, não divergiu o acórdão recorrido.*

*Do exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário."*

*(RE 595931/MS - Relator(a) Min. JOAQUIM BARBOSA - j. 21/11/2012 - DJe-233 DIVULG 27/11/2012 PUBLIC 28/11/2012)*

**"Decisão**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. ATENDIMENTO BANCÁRIO. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR SOBRE ASSUNTO DE INTERESSE LOCAL. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PARA RATIFICAR A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE.**

*1. Os municípios têm competência para regulamentar o atendimento ao público em instituições bancárias, uma vez que se trata de matéria de interesse local.*

*2. A repercussão geral da matéria foi reconhecida pelo Plenário da Corte, que na oportunidade ratificou a jurisprudência do Tribunal sobre o tema. Precedente: RE n. 610.221-RG, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe de 20.8.2010.*

*3. In casu, o acórdão recorrido assentou:*

**"1) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TEMPO DE ESPERA EM FILA DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. ASSENTOS PARA IDOSOS, PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, PESSOAS COM CRIANÇAS NO COLO E GESTANTES. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL Nº 7.614/1998 E DA LEI ESTADUAL Nº 13.400/2002. PRAZO PARA ATENDIMENTOS DAS EXIGÊNCIAS.**

*a) Tanto os Estados, quanto os Municípios, tem competência para legislar sobre questões atinentes aos direitos dos consumidores, tais como o tempo de espera nas filas das Instituições Bancárias e a*

disponibilidade de assentos para aqueles que deles necessitam, sem que isso implique em ofensa à Constituição Federal, eis que não se trata de regular a atividade fim exercida pelos Bancos, cuja competência privativa é da União.

b) Não se pode exigir, a título de cumprimento das leis em questão, que todas as agências bancárias disponibilizem aos clientes 15 (quinze) assentos, porquanto o espaço físico de algumas delas não comporta o número exigido na decisão recorrida.

2) AGRADO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO."

4. NEGÓCIAMENTO ao agravo de instrumento.

Decisão: Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo BANCO ABN AMRO S.A., com fundamento no artigo 544 do Código de Processo Civil, com o objetivo de ver reformada a r. decisão que inadmitiu seu recurso extraordinário manejado com arrimo na linha "a" do permissivo Constitucional contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (fls. 467-480), assim ementado:

"1) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TEMPO DE ESPERA EM FILA DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. ASSENTOS PARA IDOSOS, PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, PESSOAS COM CRIANÇAS NO COLO E GESTANTES. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL Nº 7.614/1998 E DA LEI ESTADUAL Nº 13.400/2002. PRAZO PARA ATENDIMENTOS DAS EXIGÊNCIAS.

a) Tanto os Estados, quanto os Municípios, tem competência para legislar sobre questões atinentes aos direitos dos consumidores, tais como o tempo de espera nas filas das Instituições Bancárias e a disponibilidade de assentos para aqueles que deles

necessitam, sem que isso implique em ofensa à Constituição Federal, eis que não se trata de regular a atividade fim exercida pelos Bancos, cuja competência privativa é da União.

b) Não se pode exigir, a título de cumprimento das leis em questão, que todas as agências bancárias disponibilizem aos clientes 15 (quinze) assentos, porquanto o espaço físico de algumas delas não comporta o número exigido na decisão recorrida.

2) AGRADO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO."

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso extraordinário, sustenta a preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação aos arts. 5º, caput e LIV, 30, I, e 192, da Constituição Federal.

É o relatório. DECIDO.

Sem razão o agravante.

A matéria sub examine, já foi objeto de análise desta Suprema Corte, que instada a se manifestar no julgamento de questão análoga, reconheceu a repercussão geral da matéria e, ratificou a jurisprudência deste Tribunal sobre o tema, no sentido de que

os municípios têm competência para regulamentar o atendimento ao público em instituições bancárias, uma vez que se trata de matéria de interesse local, a decisão restou assim ementada:

"DEFINIÇÃO DO TEMPO MÁXIMO DE ESPERA DE CLIENTES EM FILAS DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR. ASSUNTO DE INTERESSE LOCAL. RATIFICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA FIRMADA POR ESTA SUPREMA CORTE. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL"

(RE n.º 610.221-RG, Relatora a Ministra Ellen Gracie)

Destaco do aludido julgado:

"2. Este Tribunal, no julgamento do RE 610.221, de minha relatoria, reconheceu a existência da repercussão geral da matéria para que os efeitos do art. 543-B do CPC possam ser aplicados.

Esta Corte firmou entendimento no sentido de que os municípios têm competência para legislar sobre assuntos de interesse local. Nesse sentido: AC 1.124-MC, rel. Min. Marco Aurélio, 1ª Turma, DJ 04.08.2006; AI 491.420-AgR, rel. Min. Cezar Peluso, 1ª Turma, DJ 24.03.2006; AI 709.974-AgR, rel. Min. Cármen Lucia, 1ª Turma, DJe 26.11.2009; RE 432.789, rel. Min. Eros Grau, 1ª Turma, DJ 07.10.2005; AI 347.717-AgR, rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, DJ 05.08.2005; AI 747.245-AgR, rel. Min. Eros Grau, 2ª Turma, DJe 06.08.2009; AI 574.296, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 16.06.2006; RE 559.650, rel. Min. Carlos Britto, DJe 02.12.2009. O acórdão recorrido não divergiu desse entendimento".

NEGÓCIAMENTO ao agravo de instrumento com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF."

(AI 768461/PR - Relator Min. LUIZ FUX - j. 31/05/2012 - DJe-110 DIVULG 05/06/2012 PUBLIC 06/06/2012)

Também no sentido exposto, já decidiu o C. STJ:

*"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. INSTALAÇÃO DE PORTAS ELETRÔNICAS EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS. LEI DISTRITAL N. 894/95. LEI FEDERAL N. 7.102/83.*

*1. A questão concernente à competência distrital para legislar sobre instituições de crédito e à segurança bancária, por possuir índole essencialmente constitucional, não pode ser examinada em sede de recurso especial.*

*2. Lei local - norma estadual, distrital ou municipal - que condiciona o funcionamento dos bancos à instalação de equipamento de segurança, especificamente, portas eletrônicas, não confronta com lei federal que disciplina as atividades das instituições financeiras.*

*3. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, não-provido.*

*(REsp 174954 / DF - RECURSO ESPECIAL - 1998/0037809-0 - Relator(a) Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA - SEGUNDA TURMA - DJ 21.03.2005 p. 301)*

Desta forma, observo ser cabível o pedido do Ministério Público Federal consistente na imposição imediata de obrigação de fazer, ante o manifesto descumprimento da legislação estadual e municipal pelas instituições bancárias rés, localizadas nos Municípios que integram a circunscrição judiciária de São Carlos/SP.

Em relação aos valores impostos a título de multa, tenho como correta a valoração feita pelo MM. Juízo "a quo", que levou em consideração, além da natureza do direito tutelado, a manifesta intenção protelatória quanto ao cumprimento da decisão que outrora antecipou os efeitos da tutela pretendida.

Assim, considerando também a capacidade econômica das rés, instituições financeiras, e o potencial lesivo de suas condutas, tenho como corretos os valores fixados a título de multa, conforme complexa, porém detalhada, planilha que instruiu a r. sentença de fls. 2151/2206.

Quanto ao pedido de danos morais coletivos, tenho que procede a irresignação do "parquet", haja vista que a autoexecutoriedade da lei reclama seu pronto atendimento, sem que haja a necessidade de o órgão de defesa dos interesses difusos e coletivos recorrer ao Poder Judiciário.

Tal postura das Rés, de fato, prejudica uma infinidade de pessoas que se valem diariamente das instituições bancárias para efetuar as mais diversas operações que exijam a intervenção do sistema financeiro, como, por exemplo, pagamentos de obrigações civis, trabalhistas, tributárias e administrativas, depósitos, recebimentos de salários etc.

Ademais, não há dúvida quanto à possibilidade de condenação em danos morais coletivos, conforme disposto no artigo 6º, VI, do Código de Defesa do Consumidor.

O caso comporta tal indenização, uma vez que a pretensão veiculada na inicial, deferida em sede de antecipação de tutela não foi atendida pelas rés, apontando para um alto grau ofensa e perturbação social, decorrente da conduta omissiva de cada uma delas.

Destarte, entendo adequada e suficiente a condenação ao pagamento de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a título de danos morais coletivos, a ser dividido em partes iguais entre as rés, à exceção do BACEN, excluído da lide em razão da sua ilegitimidade passiva.

Em relação aos honorários advocatícios, de rigor a manutenção da sentença, nos termos do artigo 20, § 3º, do CPC, sopesando que houve a condenação das rés em danos morais coletivos.

Ante o exposto, dou parcial provimento à apelação do BACEN, para acolher sua preliminar de ilegitimidade passiva; dou provimento à apelação do Ministério Público Federal; afasto as preliminares arguidas pelas instituições bancárias e, no mérito, nego provimento às apelações da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do Banco Nossa Caixa S/A, do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A, Banco Bradesco S/A, do HSBC Bank Brasil S/A, do Banco Santander (Brasil) S/A, do Banco Mercantil do Brasil S/A e do Itaú-Unibanco S/A.

É como voto.

**MARLI FERREIRA**  
**Desembargadora Federal**

---

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:

Signatário (a): MARLI MARQUES FERREIRA:10024

Nº de Série do Certificado: 6E3941DFEFA7A5FF

Data e Hora: 11/09/2013 19:48:57

---